

## LEI n°587/2009

AFIXADO  
PARA PUBLICAÇÃO  
Em. 28/08/2009  
MARTINA VIEIRA LIMA

**DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A SENHORA MARIA IVONEIDE DA SILVA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

### **CAPITULO I** **Disposições Preliminares**

**Art.1º.** Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias, nos termos da Constituição Federal (art.165, II, § 2º), combinada com a Lei Federal Complementar n° 101/2000 (art.4º), compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, a estrutura e a organização para a elaboração da proposta orçamentária para o Exercício de 2010, incluindo a estimativa das receitas, a fixação das despesas, a limitação de empenhos, as disposições relativas à política de recursos humanos da administração pública municipal e demais condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

### **CAPÍTULO II** **Das Definições**

**Art.2º.** As definições e os conceitos constantes na presente Lei são aqueles estabelecidos na Lei Federal Complementar n° 101/2000, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo único.** Na elaboração da proposta orçamentária serão obedecidos os princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade.

**CAPÍTULO III**  
**Do Orçamento Municipal**  
**SEÇÃO I**  
**Do Equilíbrio**

**Art.3º.** Na elaboração da proposta orçamentária municipal para o Exercício de 2010 será assegurado o devido equilíbrio, não podendo o valor das despesas fixadas ser superior aos das receitas previstas.

**Art.4º.** A avaliação dos resultados dos programas será realizada a cada quadrimestre, quando teremos como ponto inicial de análise, o equilíbrio fiscal entre as receitas fiscais e da seguridade social, e as respectivas despesas.

**Art.5º.** A formalização da proposta orçamentária para o Exercício de 2010 será composta das seguintes peças:

**I.** projeto de lei orçamentária anual, constituído de texto e demonstrativo; e

**II.** anexos, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive os das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:

**a).** analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;

**b).** recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pela Constituição Federal (artigo 212);

**c).** recursos destinados à promoção da criança e do adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelo respectivo conselho;

**d).** sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

**e).** natureza da despesa, para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;

**f).** despesa por fontes de recursos para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;



- g). receitas e despesas por categorias econômicas;
- h). evolução da receita e despesa orçamentária nos três exercícios anteriores, bem como a receita prevista para este exercício e para mais dois exercícios seguintes;
- i). despesas previstas consolidadas em nível de categoria econômica, sub-categoria, elemento e sub-elemento;
- j). programa de trabalho de cada unidade orçamentária, em nível de função, sub-função, programa, sub-programa, projetos e atividades;
- k). consolidado por funções, programas e sub-programas;
- l). despesas por órgãos e funções;
- m). despesas por unidade orçamentária e por categoria econômica;
- n). despesas por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao orçamento global;
- o). recursos destinados aos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social;
- p). recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério; e
- q). especificação da legislação da receita.

§ 1º. Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, até o mês de junho de 2009, as perspectivas para a arrecadação no Exercício de 2010 e as disposições da presente Lei.

§ 2º. As receitas e as despesas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "superávit" ou "déficit" corrente, conforme for o caso.

§ 3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a incorporar, na elaboração da proposta orçamentária para 2010, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do município, bem como das classificações orçamentárias decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2010 à Câmara Municipal.

**Art.6º.** No texto da proposta orçamentária para o Exercício de 2010, também conterão autorizações para abertura de créditos adicionais em trinta por cento da despesa geral, e para remanejamentos de valores, bem como a realização de operação de créditos.

**Art.7º.** O orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta.

**Art.8º.** A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (art.166, § 3º, II, "a", "b", "c", e § 4º), devendo ser devolvido para sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei.

**Art.9º.** O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações à proposta orçamentária e ao plano plurianual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

## SEÇÃO II

### Da Classificação das Receitas e Despesas

**Art.10.** Na proposta orçamentária a discriminação das despesas far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu menor nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

#### **DESPESAS CORRENTES**

- a). Pessoal e Encargos Sociais
- b). Juros e Encargos da Dívida
- c). Outras Despesas Correntes

#### **DESPESAS DE CAPITAL**

- a). Investimentos

- b). Inversões Financeiras
- c). Transferências de Capital
- d). Amortização da Dívida Interna

§ 1º. A classificação a que se refere este artigo correspondente aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa.

§ 2º. As categorias de programação de que trata o "caput" deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título que caracterize as respectivas metas ou ações políticas esperadas, segundo a classificação funcional programática estabelecida na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 (art.8º, § 2º, e no Anexo V).

§ 3º. As despesas terão como prioridades os projetos/ações elencados no Anexo I a esta Lei.

§ 4º. As Despesas de Capital programadas para 2010 estão elencadas no Anexo II a esta Lei.

§ 5º. A Lei Orçamentária Anual para 2010 poderá contemplar despesas de capital não contida no Anexo II desta Lei, contanto que elas sejam voltadas a serviços essenciais, como educação, à assistência social, à saúde, à agricultura e à infra-estrutura urbana.

**Art.11.** As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais dependem da existência de recursos disponíveis.

**Art.12.** Constará na proposta orçamentária a reserva de contingência para atender as suplementações de dotações insuficientes no decorrer da execução orçamentária, que não poderá ser superior a três por cento da Receita Corrente Líquida.

#### **CAPITULO IV** **Das Receitas**

**Art.13.** A execução da arrecadação da receita obedecerá às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000 (Seções I e II, do Capítulo III, artigos. 11 e 14) e demais disposições pertinentes, tomando-se como base as receitas arrecadadas até o mês de junho de 2009.

LEI n°587/2009-FLS.06

**§ 1º.** Na elaboração da proposta orçamentária para o Exercício de 2010, serão levados em consideração, para efeito de previsão, os seguintes fatores:

- I. efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II. variações de índices de preços;
- III. crescimento econômico; e
- IV. evolução da receita nos últimos três anos.

**§ 2º.** A estimativa da receita por parte de Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos da Lei Federal Complementar n° 101/2000. (art.12, § 1º).

**Art.14.** Não será permitida no Exercício de 2010 a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita, com exceção se o objetivo da ação visar a geração de emprego e renda.

**CAPÍTULO V**  
**Das Despesas**  
**Seção I**  
**Das Despesas com Pessoal**

**Art.15.** Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos na Lei Federal Complementar n° 101/2000, e compreendem:

- a). o gerenciamento de atividades relativas à administração de recursos humanos;
- b). a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;
- c). a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais ou legais;
- d). o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão;
- e). a realização de processo seletivo e/ou concurso público para atender as necessidades de pessoal, e
- f). o recrutamento e a administração de estagiários para desenvolverem atividades nas diversas áreas da administração municipal.

**Art.16.** O Poder Executivo Municipal publicará após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo da execução orçamentária do período, quando nele conterà os dados de receitas e despesas municipais; e no semestre, o Relatório de Gestão Fiscal, quando nele conterà o gasto com pessoal e o controle das despesas com dívida, garantias e restos a pagar.

**§ 1º.** As despesas com pessoal, para o atendimento às disposições da Lei Federal Complementar n° 101/2000, serão apuradas somando-se a realizada mês a mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**§ 2º.** Caberá ao Setor de Contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados no § 1º deste artigo.

**Art.17.** Para atendimento das disposições do art.7º, da Lei Federal n° 9.424, de 24.12.1996, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono e rateio salarial aos professores e profissionais da educação básica, utilizando os recursos do FUNDEB 60%.

**Art.18.** Fica autorizada a revisão da remuneração dos servidores e os subsídios dos agentes políticos, observada a iniciativa de cada poder, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar n° 101/2000.

**Art.19.** Fica autorizada a realização de concurso público para preenchimento de vagas na administração municipal, que o promoverá visando o atendimento das necessidades funcionais.

## **Seção II**

### **Do Repasse ao Poder Legislativo**

**Art.20.** Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão realizados pelo Poder Executivo na data estabelecida na Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições contidas na Emenda Constitucional n° 25, de 14 de fevereiro de 2000.

### **Seção III**

#### **Das Despesas Irrelevantes**

**Art.21.** Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no art.16, § 3º, da Lei Federal Complementar n° 101/2000, os gastos que não ultrapassem os limites destinados à contratação de obras, compras e serviços, devidamente estabelecidos no art. 23, Inciso I e II, da Lei Federal n° 8.666/93.

### **Seção IV**

#### **Das Despesas com Convênios**

**Art.22.** O ente municipal poderá firmar convênio, sendo o órgão concedente, quando for prevista e estabelecida a cooperação mútua entre as partes conveniadas, desde que:

- I.** sejam aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, previamente, o plano de trabalho ou plano de ação, constando o objeto e suas especificações, o cronograma de desembolso;
- II.** a meta a ser atingida não ultrapasse o exercício financeiro, e ultrapassando, esteja previsto no plano plurianual de investimentos;
- III.** seja apresentada e aprovada a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do município;
- IV.** possua a comprovação da correta aplicação dos recursos liberados; e
- V.** sendo a beneficiada, entidade sem fins lucrativos, esteja devidamente registrada nos órgãos competentes.

### **Seção V**

#### **Das Despesas com Novos Projetos**

**Art.23.** O Poder Executivo Municipal garantirá recursos para novos projetos, quando atendidas as despesas de manutenção do patrimônio já existente, cujo montante não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor fixado para os investimentos.

## **CAPÍTULO VI**

### **Dos Repasses à Instituições Públicas e Privadas**

**Art.24.** Poderão ser incluídas na proposta orçamentária para o Exercício de 2010, bem como suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários à instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá da obediência as disposições da Lei Federal Complementar n° 101/2000, e ainda, aos dispositivos seguintes:

**I.** que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas nos órgãos competentes;

**II.** que possua lei específica para autorização da subvenção;

**III.** que a entidade tenha apresentado a prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, se houver, e que deverá ser encaminhada até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da prefeitura, na conformidade do Parágrafo único, do art.70, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 19/98;

**IV.** que a entidade beneficiada, faça a devida comprovação, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

**V.** que a entidade beneficiária faça a apresentação dos respectivos documentos de constituição, até 31 de dezembro de 2009;

**VI.** que a entidade beneficiária faça a comprovação de que está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme art.195, § 3°, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município; e

**VII.** não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a prestação de contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

## **CAPÍTULO VII**

### **Dos Créditos Adicionais**

**Art.25.** Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo Municipal.

**Parágrafo único.** Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma de “caput” deste artigo, desde que não comprometidos como sendo:

- I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II. os provenientes do excesso de arrecadação;
- III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
- IV. os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e
- V. o produto de operações de crédito autorizadas por lei específica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

**Art.26** - As solicitações ao Poder Legislativo de autorizações para abertura de créditos especiais conterão, no que couber, as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentário.

**Art.27.** As propostas de modificações ao projeto de lei do orçamento, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentados com a forma, os níveis de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

**Art.28.** Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos quatro meses do Exercício de 2009 poderão ser reabertos ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante o § 2º, do art.167, da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Na hipótese de haver sido autorizado crédito na forma do “caput” deste artigo, até 31 de janeiro de 2010, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, em nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos

especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2009, na conformidade do disposto no § 2º, do art.167, de Constituição Federal.

**Art.29.** O Poder Executivo, através do órgão competente da administração, deverá atender no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, as solicitações de informações relativas às categorias de programação explicitadas no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados, quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Da Execução Orçamentária e da Fiscalização**

#### **SEÇÃO I**

#### **Do Cumprimento das Metas Fiscais**

**Art.30.** O Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais a cada semestre.

**Parágrafo único.** São partes integrantes desta Lei, os anexos e demonstrativos expondo as metas e riscos fiscais do município.

#### **SEÇÃO II**

#### **Da Limitação do Empenho**

**Art.31.** Se verificado ao final do bimestre, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos trinta dias subseqüentes, limitações de empenho e movimentação financeira.

**Parágrafo único.** A limitação do empenho iniciará com as despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento do disposto no "caput", será estendida às despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.

**Art.32.** Não serão objetos de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as destinadas ao pagamento das despesas de caráter continuado.

### **CAPÍTULO IX** **Das Vedações**

**Art.33.** Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a gestão de despesa em desacordo com a Lei Federal Complementar n° 101/2000 (art.15).

**Art.34.** É vedada a inclusão na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e de seguridade social, o servidor da administração direta ou indireta por créditos de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

**Parágrafo único.** Além da vedação definida no “*caput*”, não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I. atividades e propagandas político-partidárias;
- II. objetivos ou campanhas estranhas as atribuições legais do Poder Executivo;
- III. obras de grande porte, sem estar comprovada a clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais; e
- IV. auxílios a entidade privadas com fins lucrativos.

### **CAPÍTULO X** **Das Dívidas** **SEÇÃO ÚNICA** **Da Dívida Fundada Interna** **SUB-SEÇÃO I** **Dos Precatórios**

**Art.35.** Será consignada na proposta orçamentária para o Exercício de 2010, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições do Parágrafo único deste artigo.

**Parágrafo único.** Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2009, serão incluídos na proposta orçamentária para o Exercício de 2010, conforme determina a Constituição Federal (art.100, § 1º).

## **SUB-SEÇÃO II**

### **Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna**

**Art.36.** O Poder Executivo deverá manter registro individualizado das dívidas fundadas interna e externa.

## **CAPITULO XI**

### **Do Plano Plurianual**

**Art.37.** Poderão deixar de constar da proposta orçamentária do Exercício de 2010, programas, projetos e metas constantes do plano plurianual, em razão da compatibilização da previsão de receitas com a fixação de despesas, em função da limitação de recursos.

**Art.38.** Os projetos imprecisos constantes do plano plurianual existente poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária para o Exercício de 2010.

**Art.39.** A inclusão de novos projetos no Plano Plurianual de Investimentos dependerá de lei específica.

**Parágrafo único.** Não poderão ser incluídos novos projetos no Plano Plurianual de Investimentos, com recursos decorrentes da anulação de projetos em andamento.

**Art.40.** Quando a abertura de crédito especial implicar em alteração das metas e prioridades para 2010, constantes no Plano Plurianual de Investimentos, fica o Executivo Municipal autorizado a promover as adaptações necessárias à execução, acompanhamento, controle e avaliação da ação programada.

## **CAPITULO XII**

### **Das Disposições Gerais e Transitórias**

**Art.41.** A proposta orçamentária para o exercício de 2010 será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

**Parágrafo único.** Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no “caput”, o Poder Executivo Municipal a remeterá até 30 de setembro de 2009.

**Art.42.** A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o Exercício de 2010, será entregue ao Poder Executivo até 01 de agosto de 2009, para efeito de compatibilização com as despesas do município que integrarão a proposta orçamentária anual.

**Art.43.** Os projetos de lei relativos às alterações na legislação tributária, para vigorar no Exercício de 2010, deverão ser apreciadas pelo Poder Legislativo até o dia 31 de Dezembro de 2009, tendo sua publicação ainda nesse exercício.

**Art.44.** A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:

**I.** Poder Executivo, até 1º de julho de 2009, junto ao Gabinete do Prefeito; e

**II.** Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

LEI n°587/2009-FLS.15

**Parágrafo único.** As emendas que porventura forem apresentadas à proposta orçamentária, indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos, e atenderão ainda as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

**Art.45.** A prestação de contas anual do município incluirá os demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte - TCE/RN.

**Art.46.** Se o Projeto de Lei da Proposta Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal até 31 de dezembro de 2009, a programação ali constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, até a sua sanção e publicação.

**Parágrafo único.** Estão além do limite previsto no "caput" deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:

- a). pessoal e encargos sociais,
- b). pagamento do serviço da dívida,
- c). projetos e execuções no ano de 2009 e que perdurem até 2010, ou mais, e
- d). pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais.

**Art.47.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE (GABINETE DA PREFEITA), AOS 28 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2009.



MARIA IVONEIDE DA SILVA  
Prefeita Municipal

## **ANEXO I - ELENCO DE AÇÕES A SEREM PRIORIZADAS**

### **I - ORÇAMENTO FISCAL**

#### **1.1 - Administração**

- 1.1.1 - Racionalizar os gastos do município;
- 1.1.2 - Promover política de valorização do servidor público municipal;
- 1.1.3 - Desenvolver programas de capacitação, treinamento, e reciclagem do servidor, bem como a realização de concurso para preenchimento de vagas na administração pública municipal;
- 1.1.4 - Otimizar os serviços de informatização;
- 1.1.5 - Modernizar a administração municipal;
- 1.1.6 - Estimular a geração e arrecadação das receitas municipais; e
- 1.1.7 - Fortalecer os conselhos como forma de descentralizar a gestão pública e consolidar o quadro democrático.

#### **1.2 - Saneamento e Meio Ambiente**

- 1.2.1 - Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
- 1.2.2 - Implantar programas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- 1.2.3 - Recuperar e desobstruir rios e açudes;
- 1.2.4 - Implantar programas de coleta e tratamento de resíduos sólidos;
- 1.2.5 - Implantar programas de gerenciamento integrado dos recursos hídricos;
- 1.2.6 - Construir e implantar aterro sanitário;
- 1.2.7 - Implantar projetos ambientais nas áreas do município; e
- 1.2.8 - Desenvolver programas de educação ambiental.

#### **1.3 - Educação**

- 1.3.1 - Integrar as creches e pré-escola ao sistema municipal de ensino;
- 1.3.2 - Manter e implementar o programa da merenda escolar;
- 1.3.3 - Ampliar o atendimento na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino especial e na educação de jovens e adultos;
- 1.3.4 - Desenvolver programas educativos sobre combate às drogas, meio ambiente, associativismo, sexualidade, saúde e higiene;
- 1.3.5 - Desenvolver o Programa de Transporte Escolar, seja com apoio do Governo Estadual e/ou Federal;



NOSSA PRAIA É O TRABALHO.

- Gabinete da Prefeita -

LEI n°587/2009-FLS.17

- 1.3.6 - Desenvolver o Programa de Educação e Jovens e Adultos;
- 1.3.7 - Desenvolver o Programa de Alimentação Escolar, visando uma maior frequência escolar às aulas;
- 1.3.8 - Estimular a prática esportiva nas escolas;
- 1.3.9 - Promover programas de capacitação, gestão administrativa, treinamento e reciclagem profissional da educação;
- 1.3.10 - Desenvolver experiências no envolvimento da comunidade na gestão escolar;
- 1.3.11 - Promover programas de redução da repetência e da evasão escolar;
- 1.3.12 - Realizar pesquisa para acompanhamento e avaliação do ensino fundamental; e
- 1.3.13 - Recuperar e manter a estrutura física e os equipamentos das unidades escolares.

#### **1.4 - Cultura**

- 1.4.1 - Desenvolver a implantar a política cultural, a fim de preservar as manifestações e tradições, integrando-as ao processo de desenvolvimento econômico, social e político do município;
- 1.4.2 - Restaurar e recuperar logradouros relacionados com o patrimônio histórico cultural;
- 1.4.3 - Implantar projetos culturais, sobretudo a valorização do folclore e artesanato;
- 1.4.4 - Resgatar e preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município;
- 1.4.5 - Implantar e manter a sistemática de tombamento municipal; e
- 1.4.6 - Ampliar e reformar o espaço físico de Clube Social.

#### **1.5 - Serviços Públicos**

- 1.5.1 - Modernizar e fiscalizar o sistema de iluminação pública;
- 1.5.2 - Manter os mecanismos necessários para a contribuição da iluminação pública;
- 1.5.3 - Revitalizar e manter os mercado públicos, feiras e matadouros;
- 1.5.4 - Arborizar e reurbanizar as ruas do município;
- 1.5.5 - Implantar as obras de urbanização das praias, visando implementar o turismo; e,
- 1.5.6 - Ampliar e manter cemitério público e praças públicas.

**1.6 - Habitação**

- 1.6.1 - Incentivar políticas de habitação;
- 1.6.2 - Implantar o programa de melhoria e recuperação de moradia da população de baixa renda; e
- 1.6.3 - Implantar lotes urbanizados em áreas periféricas.

**1.7 - Esporte e Lazer**

- 1.7.1 - Apoiar a prática esportiva comunitária;
- 1.7.2 - Promover o aproveitamento democrático dos espaços esportivos e culturais; e
- 1.7.3 - Manter e recuperar quadras de esportes.

**1.8 - Transporte**

- 1.8.1 - Instalar abrigos rodoviários; e
- 1.8.2 - Promover a conservação das ruas e estradas vicinais.

**1.9 - Limpeza Urbana**

- 1.9.1 - Promover a limpeza urbana em ruas e logradouros;
- 1.9.2 - Implantar programas de incentivo profissional para produção de reciclagem do lixo; e
- 1.9.3 - Manter um aterro sanitário controlado.

**1.10 - Finanças**

- 1.10.1 - Modernizar e informatizar os sistemas de arrecadação e tributação do município;
- 1.10.2 - Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores; e
- 1.10.3 - Promover campanhas educativas visando conscientizar o contribuinte e diminuir os níveis de inadimplência.

**1.11 - Infra-estrutura Urbana**

- 1.11.1 - Promover a implementação da infra-estrutura ao acesso principal do Município;
- 1.11.2 - Implantar e executar o Plano Diretor.

**1.12 - Agricultura**

LEI n°587/2009-FLS.19

- 1.12.1 - Adquirir equipamentos agrícolas (patrulha de mecanização agrícola) para suporte técnico e preparação das terras de plantio do pequeno agricultor;
- 1.12.2 - Prover o pequeno agricultor com sementes para o plantio de subsistência;
- 1.12.3 - Ofertar veículos agrícolas para o escoamento da safra dos pequenos agricultores; e
- 1.12.4 - Pleitear junto à EMATER, convênio visando o fortalecimento da Agricultura Familiar.

### **1.13 - Turismo**

- 1.13.1 - Promover cursos de capacitação turística com a mão de obra local;
- 1.14.2 - Revitalizar os equipamentos turísticos locais, inclusive os recursos naturais;
- 1.14.3 - Promover o desenvolvimento turístico local, no Estado e fora dele;
- 1.14.4 - Buscar parcerias com a iniciativa privada para desenvolvimento de novas rotas de turismo local, bem como promovendo-as nos meios turísticos
- 1.14.5 - Ampliar a estrutura física existente, criando terminal turístico em outras localidades.

## **II - ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

### **2.1 - Saúde**

- 2.1.1 - Promover a continuidade do processo de gestão pela qualidade e da municipalização da saúde;
- 2.1.2 - Dar continuidade ao Programa e Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional, entre outros programas de saúde pública;
- 2.1.3 - Promover ações básicas de saúde;
- 2.1.4 - Promover campanhas de combate e controle as epidemias e endemias;
- 2.1.5 - Aprimorar o sistema de informações sobre a mortalidade infantil;
- 2.1.6 - Aprimorar as ações de vigilância sanitária;
- 2.1.7 - Manter e recuperar veículos e equipamentos;
- 2.1.8 - Garantir as condições materiais à execução de saúde especiais de apoio à criança, ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
- 2.1.9 - Ampliar a assistência médica, através do Programa Saúde na Família;

LEI n°587/2009-FLS.20

- 2.1.10 - Ampliar a assistência odontológica, através do Programa Saúde Bucal;
- 2.1.11 - Incentivar o programa de Agentes de Saúde;
- 2.1.12 - Incentivar o programa de assistência à mulher; e
- 2.1.13 - Melhorar o gerenciamento para o atendimento de urgência.

## **2.2 - Trabalho**

- 2.2.1 - Apoiar e incentivar atividades de geração de emprego e renda;
- 2.2.2 - Implantar oficinas profissionalizantes;
- 2.2.3 - Apoiar o associativismo e o cooperativismo; e
- 2.2.4 - Incentivar a produção de alimento para atender a demanda da região metropolitana do município.

## **2.3 - Assistência Social**

- 2.3.1 - Melhorar a qualidade do serviço de creches;
- 2.3.2 - Promover programas de ampliação dos canais institucionais de participação;
- 2.3.3 - Promover programas especiais de apoio à criança e ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
- 2.3.4 - Combater a prostituição infanto-juvenil;
- 2.3.5 - Criar e incentivar o Programa Casa da Família;
- 2.3.6 - Criar e incentivar o Programa de Ajuda Alimentar;
- 2.3.7 - apoiar as ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. e
- 2.3.8 - Promover educação profissional para população.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE (GABINETE DA PREFEITA), AOS 28 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2009.



**MARIA IVONEIDE DA SILVA**  
Prefeita Municipal

## **ANEXO II - ELENCO DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO**

### **I - ORÇAMENTO FISCAL**

#### **1.1 - Administração**

- 1.1.1 - Ampliar o sistema de informatização do município; e
- 1.1.2 - Ampliar e equipar os serviços das unidades administrativas.

#### **1.2 - Saneamento e Meio Ambiente**

- 1.2.1 - Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
- 1.2.2 - Edificar e estruturar áreas para tratamento de resíduos sólidos e líquidos;
- 1.2.3 - Edificar unidades sanitárias;
- 1.2.4 - Construir e implantar aterro sanitário;
- 1.2.5 - Implantar projetos ambientais nas áreas do município;
- 1.2.6 - Recuperar e desobstruir rios e açudes; e
- 1.2.7 - Edificar e estruturar sistemas integrados de oferta de recursos hídricos.

#### **1.3 - Educação**

- 1.3.1 - Recuperar, ampliar e equipar a rede municipal do sistema de ensino;
- 1.3.2 - Desenvolver a ação de transporte escolar, com a aquisição de novas unidades de transportes; e
- 1.3.3 - Edificar e estruturar áreas de prática esportiva.

#### **1.4 - Cultura**

- 1.4.1 - Restaurar e recuperar espaços culturais;
- 1.4.2 - Restaurar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município; e
- 1.4.3 - Ampliar e reformar o espaço físico do Clube.

#### **1.5 - Serviços Públicos**

- 1.5.1 - Ampliar e manter a oferta de iluminação pública;
- 1.5.2 - Recuperar, ampliar e construir novos espaços públicos;
- 1.5.3 - Adquirir equipamentos agrícolas que propicie a assistência ao pequeno agricultor;

- 1.5.4 - Ampliar cemitério público;
- 1.5.5 - Recuperar e ampliar pavimentações de ruas;
- 1.5.6 - Recuperar e construir novas praças;
- 1.5.7 - Adquirir novos imóveis visando a ampliação da infra-estrutura urbana; e
- 1.5.8 - Recuperar pontos, pontilhões e passagens molhadas.

#### **1.6 - Habitação**

- 1.6.1 - Edificar e reconstruir novas unidades de habitação para pessoas de baixa renda; e
- 1.6.2 - Adquirir novas áreas urbanas para programas de habitação popular.

#### **1.7 - Esporte e Lazer**

- 1.7.1 - Construiu novos espaços para a prática esportiva comunitária; e
- 1.7.2 - Manter e construir novos espaços de recreação.

#### **1.8 - Transporte**

- 1.8.1 - Instalar abrigos rodoviários;
- 1.8.2 - Promover a conservação das ruas e estradas vicinais; e
- 1.8.3 - Construir e manter a garagem pública.

#### **1.9 - Turismo**

- 1.9.1 - Implantar ações que visem o fortalecimento do turismo local; e
- 1.9.2 - Implantar as obras de urbanização das praias, visando implementar o turismo; e

#### **1.10 - Limpeza Urbana**

- 1.10.1 - Construir e ampliar o espaço sanitário; e
- 1.10.2 - Implementar ações de investimentos que permita uma melhor infra-estrutura no serviço de limpeza pública.

#### **1.11 - Infra-estrutura Urbana**

- 1.11.1 - Promover a implementação da infra-estrutura ao acesso principal do Município.

#### **1.12 - Agricultura**

- 1.12.1 - Adquirir equipamentos agrícolas para suporte técnico ao pequeno agricultor.

## II - ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

### 2.1 - Saúde

2.1.1 - Adquirir e manter veículos, ambulâncias e equipamentos do sistema de saúde pública; e

2.1.2 - Ampliar o sistema de saúde pública local.

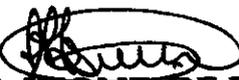
### 2.2 - Assistência Social

2.2.1 - Melhorar a qualidade do serviço de creches, inclusive construindo, restaurando e instalando as unidades existentes;

2.2.2 - Melhorar a qualidade do serviço de assistência geral, inclusive construindo, restaurando e instalando as unidades existentes; e

2.2.3 - Melhorar a qualidade do serviço de apoio a idosos, inclusive construindo, restaurando e instalando as unidades existentes.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE (GABINETE DA PREFEITA), AOS 28 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2009.

  
MARIA IVONEIDE DA SILVA  
Prefeita Municipal

**ANEXO III - ANEXO DAS METAS FISCAIS**

As receitas e despesas previstas para o nosso município, durante os dois próximos anos, atingirão os seguintes números:

R\$ 1.000,00

<b>Discriminação</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Receitas Totais	10.004	12.114	13.100	14.200	15.500
Despesas Totais	9.957	11.844	13.000	14.000	15.300

A avaliação das receitas arrecadadas no Exercício de 2008, se comparadas com os números da despesa para o exercício, nos permite afirmar que houve um superávit de 2,23%, importando em R\$ 270.662,72.

Vejam os detalhes da despesa.

R\$ 1,00

<b>Discriminação</b>	<b>Realizada</b>	<b>Percentual %</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.722.489	56,75
Outras Despesas Correntes	4.170.138	36,77
Juros da Dívida	0,00	0,00
Investimentos	206.357	1,75
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortizações da Dívida	205.220	1,73
Total	11.844.206	100,000 %

Dentre as despesas realizadas, destacamos o gasto com pessoal, quando, seguindo as diretrizes do Governo Federal, principalmente no que se refere a elevação do salário mínimo nacional, os Poderes Executivo e Legislativo destinaram 56% da Receita Corrente Líquida anual nesse gasto.



NOSSA PRAIA É O TRABALHO.

- Gabinete da Prefeita -

LEI n°587/2009-FLS.25

#### ANEXO IV - ANEXO DAS METAS FISCAIS ANUAIS

R\$ 1,00

<b>Especificação</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Receitas	10.004.138	12.114.868
Despesas	9.957.352	11.844.206

#### ANEXO V - AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ 1,00

<b>Evolução do Patrimônio Líquido</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Ativo Real Descoberto	-	-
Passivo Real Descoberto	593.999	441.980

Patrimônio Líquido: diferença entre o passivo e o ativo

#### ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E AVALIAÇÃO DE ATIVOS

R\$ 1,00

<b>Ativo Permanente em 2008</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>APLICAÇÃO</b>	<b>VALOR/R\$</b>
Bens Móveis	Alienação	Despesas de Capital	-
Bens Imóveis	Alienação	Despesas de Capital	-

**ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE  
RENUNCIA DE RECEITAS**

R\$ 1,00

<b>Tributos</b>	<b>Valor Renunciado</b>	<b>Valor Compensado</b>
Iss/Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		
Iptu/Imposto Predial e Territorial Urbano		
Itbi/Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis	NADA A DECLARAR	
Irrf/Imposto sobre a Renda retido na Fonte		

**ANEXO VIII - ANEXO DOS RISCOS FISCAIS**

Este estudo na LDO não está resumido à previsão de gastos e receitas compatíveis entre si, estendendo-se ao exercício da identificação dos principais riscos a que as contas públicas estão sujeitas quando da elaboração orçamentária.

Com as principais receitas, o FPM e o ICMS, que foram projetadas a partir de indicadores relacionados com o crescimento econômico nacional e estadual, respectivamente, já que esses valores advêm dos governos federal e estadual, é evidente que a não confirmação desses indicadores significará um desvio do equilíbrio das contas públicas.

No que se refere às situações que podem causar ganhos ou perdas de receitas, podemos destacar aquelas:

a). a reforma tributária, que trará ganho real nas receitas municipais. Além dessa reforma, espera-se que até o final de 2009 tenhamos a evolução de mais 1% na receita real ao Fundo de Participação dos Municípios, o que representará algo em torno de 3 a 4% da receita geral dessa fonte,

b). a tendência, a partir deste momento, é pela redução das taxas anuais de juros, que atualmente atingem o patamar de 10,25% a.a., provocando desaquecimento na atividade econômica, e conseqüentemente, gerando menores arrecadações,

c). diminuição da variação cambial, que atualmente fixa o dólar em R\$ 2,13 (cotação de 04.05.2009), acarretando a redução nos preços de importados e derivados de petróleo, influenciando de forma negativa na segunda arrecadação local, o ICMS,

d). possíveis campanhas visando o incremento na arrecadação do IPTU,

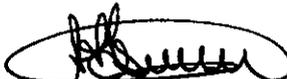
e). o surgimento de passivos contingentes, que se tratam de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, como a de processos judiciais que envolvem o município. Destacamos, os precatórios trabalhistas e ao INSS.

**ANEXO IX - DEMONSTRATIVO SOBRE RECEITAS E DESPESAS  
DECORRENTES DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS E  
OUTROS BENEFÍCIOS**

R\$ 1,00

<b>Tributos</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>
Iss/Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		
Iptu/Imposto Predial e Territorial Urbano	NADA A DECLARAR	
Itbi/Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis		
Irrf/Imposto sobre a Renda retido na Fonte		

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE (GABINETE DA PREFEITA), AOS 28 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2009.

  
**MARIA IVONEIDE DA SILVA**  
Prefeita Municipal

**PROJETO DE LEI n° 05/2009**

**DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A SENHORA MARIA IVONEIDE DA SILVA, PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

**CAPITULO I**  
**Disposições Preliminares**

**Art.1º.** Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias, nos termos da Constituição Federal (art.165, II, § 2º), combinada com a Lei Federal Complementar nº 101/2000 (art.4º), compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, a estrutura e a organização para a elaboração da proposta orçamentária para o Exercício de 2010, incluindo a estimativa das receitas, a fixação das despesas, a limitação de empenhos, as disposições relativas à política de recursos humanos da administração pública municipal e demais condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

**CAPÍTULO II**  
**Das Definições**

**Art.2º.** As definições e os conceitos constantes na presente Lei são aqueles estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo único.** Na elaboração da proposta orçamentária serão obedecidos os princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade.

**CAPÍTULO III**  
**Do Orçamento Municipal**  
**SEÇÃO I**  
**Do Equilíbrio**

**Art.3º.** Na elaboração da proposta orçamentária municipal para o Exercício de 2010 será assegurado o devido equilíbrio, não podendo o valor das despesas fixadas ser superior aos das receitas previstas.

**Art.4º.** A avaliação dos resultados dos programas será realizada a cada quadrimestre, quando teremos como ponto inicial de análise, o equilíbrio fiscal entre as receitas fiscais e da seguridade social, e as respectivas despesas.

**Art.5º.** A formalização da proposta orçamentária para o Exercício de 2010 será composta das seguintes peças:

I. projeto de lei orçamentária anual, constituído de texto e demonstrativo; e

II. anexos, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive os das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:

- a). analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;
- b). recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pela Constituição Federal (artigo 212);
- c). recursos destinados à promoção da criança e do adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelo respectivo conselho;
- d). sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- e). natureza da despesa, para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
- f). despesa por fontes de recursos para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
- g). receitas e despesas por categorias econômicas;

**h).** evolução da receita e despesa orçamentária nos três exercícios anteriores, bem como a receita prevista para este exercício e para mais dois exercícios seguintes;

**i).** despesas previstas consolidadas em nível de categoria econômica, sub-categoria, elemento e sub-elemento;

**j).** programa de trabalho de cada unidade orçamentária, em nível de função, sub-função, programa, sub-programa, projetos e atividades;

**k).** consolidado por funções, programas e sub-programas;

**l).** despesas por órgãos e funções;

**m).** despesas por unidade orçamentária e por categoria econômica;

**n).** despesas por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao orçamento global;

**o).** recursos destinados aos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social;

**p).** recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério; e

**q).** especificação da legislação da receita.

**§ 1º.** Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, até o mês de junho de 2009, as perspectivas para a arrecadação no Exercício de 2010 e as disposições da presente Lei.

**§ 2º.** As receitas e as despesas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "superávit" ou "déficit" corrente, conforme for o caso.

**§ 3º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a incorporar, na elaboração da proposta orçamentária para 2010, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do município, bem como das classificações orçamentárias decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2010 à Câmara Municipal.

**Art.6º.** No texto da proposta orçamentária para o Exercício de 2010, também conterão autorizações para abertura de créditos adicionais em trinta por cento da despesa geral, e para remanejamentos de valores, bem como a realização de operação de créditos.

**Art.7º.** O orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta.

**Art.8º.** A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (art.166, § 3º, II, "a", "b", "c", e § 4º), devendo ser devolvido para sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei.

**Art.9º.** O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações à proposta orçamentária e ao plano plurianual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

## **SEÇÃO II**

### **Da Classificação das Receitas e Despesas**

**Art.10.** Na proposta orçamentária a discriminação das despesas far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu menor nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

#### **DESPESAS CORRENTES**

- a). Pessoal e Encargos Sociais
- b). Juros e Encargos da Dívida
- c). Outras Despesas Correntes

#### **DESPESAS DE CAPITAL**

- a). Investimentos
- b). Inversões Financeiras
- c). Transferências de Capital
- d). Amortização da Dívida Interna

**§ 1º.** A classificação a que se refere este artigo correspondente aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa.

§ 2º. As categorias de programação de que trata o "caput" deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título que caracterize as respectivas metas ou ações políticas esperadas, segundo a classificação funcional programática estabelecida na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 (art.8º, § 2º, e no Anexo V).

§ 3º. As despesas terão como prioridades os projetos/ações elencados no Anexo I a esta Lei.

§ 4º. As Despesas de Capital programadas para 2010 estão elencadas no Anexo II a esta Lei.

§ 5º. A Lei Orçamentária Anual para 2010 poderá contemplar despesas de capital não contida no Anexo II desta Lei, contanto que elas sejam voltadas a serviços essenciais, como educação, à assistência social, à saúde, à agricultura e à infra-estrutura urbana.

**Art.11.** As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais dependem da existência de recursos disponíveis.

**Art.12.** Constará na proposta orçamentária a reserva de contingência para atender as suplementações de dotações insuficientes no decorrer da execução orçamentária, que não poderá ser superior a três por cento da Receita Corrente Líquida.

#### **CAPITULO IV Das Receitas**

**Art.13.** A execução da arrecadação da receita obedecerá às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000 (Seções I e II, do Capítulo III, artigos. 11 e 14) e demais disposições pertinentes, tomando-se como base as receitas arrecadadas até o mês de junho de 2009.

§ 1º. Na elaboração da proposta orçamentária para o Exercício de 2010, serão levados em consideração, para efeito de previsão, os seguintes fatores:

- I. efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II. variações de índices de preços;

- III. crescimento econômico; e
- IV. evolução da receita nos últimos três anos.

§ 2º. A estimativa da receita por parte de Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos da Lei Federal Complementar n° 101/2000. (art.12, § 1º).

**Art.14.** Não será permitida no Eexercício de 2010 a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita, com exceção se o objetivo da ação visar a geração de emprego e renda.

**CAPÍTULO V**  
**Das Despesas**  
**Seção I**  
**Das Despesas com Pessoal**

**Art.15.** Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos na Lei Federal Complementar n° 101/2000, e compreendem:

- a). o gerenciamento de atividades relativas à administração de recursos humanos;
- b). a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;
- c). a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais ou legais;
- d). o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão;
- e). a realização de processo seletivo e/ou concurso público para atender as necessidades de pessoal, e
- f). o recrutamento e a administração de estagiários para desenvolverem atividades nas diversas áreas da administração municipal.

**Art.16.** O Poder Executivo Municipal publicará após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo da execução orçamentária do período, quando nele conterà os dados de receitas e despesas municipais; e no semestre, o Relatório de Gestão Fiscal, quando nele conterà o gasto com pessoal e o controle das despesas com dívida, garantias e restos a pagar.

**§ 1º.** As despesas com pessoal, para o atendimento às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, serão apuradas somando-se a realizada mês a mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**§ 2º.** Caberá ao Setor de Contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados no § 1º deste artigo.

**Art.17.** Para atendimento das disposições do art.7º, da Lei Federal nº 9.424, de 24.12.1996, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono e rateio salarial aos professores e profissionais da educação básica, utilizando os recursos do FUNDEB 60%.

**Art.18.** Fica autorizada a revisão da remuneração dos servidores e os subsídios dos agentes políticos, observada a iniciativa de cada poder, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000.

**Art.19.** Fica autorizada a realização de concurso público para preenchimento de vagas na administração municipal, que o promoverá visando o atendimento das necessidades funcionais.

## **Seção II Do Repasse ao Poder Legislativo**

**Art.20.** Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão realizados pelo Poder Executivo na data estabelecida na Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

## **Seção III Das Despesas Irrelevantes**

**Art.21.** Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no art.16, § 3º, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, os gastos que não ultrapassem os limites destinados à contratação de obras, compras e serviços, devidamente estabelecidos no art. 23, Inciso I e II, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **Seção IV**

#### **Das Despesas com Convênios**

**Art.22.** O ente municipal poderá firmar convênio, sendo o órgão concedente, quando for prevista e estabelecida a cooperação mútua entre as partes conveniadas, desde que:

- I.** sejam aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, previamente, o plano de trabalho ou plano de ação, constando o objeto e suas especificações, o cronograma de desembolso;
- II.** a meta a ser atingida não ultrapasse o exercício financeiro, e ultrapassando, esteja previsto no plano plurianual de investimentos;
- III.** seja apresentada e aprovada a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do município;
- IV.** possua a comprovação da correta aplicação dos recursos liberados; e
- V.** sendo a beneficiada, entidade sem fins lucrativos, esteja devidamente registrada nos órgãos competentes.

#### **Seção V**

#### **Das Despesas com Novos Projetos**

**Art.23.** O Poder Executivo Municipal garantirá recursos para novos projetos, quando atendidas as despesas de manutenção do patrimônio já existente, cujo montante não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor fixado para os investimentos.

#### **CAPÍTULO VI**

#### **Dos Repasses à Instituições Públicas e Privadas**

**Art.24.** Poderão ser incluídas na proposta orçamentária para o Exercício de 2010, bem como suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários à instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá da obediência as disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, e ainda, aos dispositivos seguintes:

I. que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas nos órgãos competentes;

II. que possua lei específica para autorização da subvenção;

III. que a entidade tenha apresentado a prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, se houver, e que deverá ser encaminhada até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da prefeitura, na conformidade do Parágrafo único, do art.70, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98;

IV. que a entidade beneficiada, faça a devida comprovação, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

V. que a entidade beneficiária faça a apresentação dos respectivos documentos de constituição, até 31 de dezembro de 2009;

VI. que a entidade beneficiária faça a comprovação de que está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme art.195, § 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município; e

VII. não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a prestação de contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

## **CAPÍTULO VII**

### **Dos Créditos Adicionais**

**Art.25.** Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo Municipal.

**Parágrafo único.** Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma de "caput" deste artigo, desde que não comprometidos como sendo:

I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II. os provenientes do excesso de arrecadação;

III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;

**IV.** os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e

**V.** o produto de operações de crédito autorizadas por lei específica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

**Art.26** - As solicitações ao Poder Legislativo de autorizações para abertura de créditos especiais conterão, no que couber, as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentário.

**Art.27.** As propostas de modificações ao projeto de lei do orçamento, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentados com a forma, os níveis de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

**Art.28.** Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos quatro meses do Exercício de 2009 poderão ser reabertos ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante o § 2º, do art.167, da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Na hipótese de haver sido autorizado crédito na forma do "caput" deste artigo, até 31 de janeiro de 2010, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, em nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2009, na conformidade do disposto no § 2º, do art.167, de Constituição Federal.

**Art.29.** O Poder Executivo, através do órgão competente da administração, deverá atender no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, as solicitações de informações relativas às categorias de programação explicitadas no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados, quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Da Execução Orçamentária e da Fiscalização**

## SEÇÃO I

### Do Cumprimento das Metas Fiscais

**Art.30.** O Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais a cada semestre.

**Parágrafo único.** São partes integrantes desta Lei, os anexos e demonstrativos expondo as metas e riscos fiscais do município.

## SEÇÃO II

### Da Limitação do Empenho

**Art.31.** Se verificado ao final do bimestre, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos trinta dias subseqüentes, limitações de empenho e movimentação financeira.

**Parágrafo único.** A limitação do empenho iniciará com as despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento do disposto no "caput", será estendida às despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.

**Art.32.** Não serão objetos de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as destinadas ao pagamento das despesas de caráter continuado.

## CAPÍTULO IX

### Das Vedações

**Art.33.** Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a gestão de despesa em desacordo com a Lei Federal Complementar nº 101/2000 (art.15).

**Art.34.** É vedada a inclusão na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e de seguridade social, o servidor da administração direta ou indireta por créditos de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com

órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

**Parágrafo único.** Além da vedação definida no “caput”, não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I. atividades e propagandas político-partidárias;
- II. objetivos ou campanhas estranhas as atribuições legais do Poder Executivo;
- III. obras de grande porte, sem estar comprovada a clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais; e
- IV. auxílios a entidade privadas com fins lucrativos.

**CAPÍTULO X**  
**Das Dívidas**  
**SEÇÃO ÚNICA**  
**Da Dívida Fundada Interna**  
**SUB-SEÇÃO I**  
**Dos Precatórios**

**Art.35.** Será consignada na proposta orçamentária para o Exercício de 2010, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições do Parágrafo único deste artigo.

**Parágrafo único.** Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2009, serão incluídos na proposta orçamentária para o Exercício de 2010, conforme determina a Constituição Federal (art.100, § 1º).

**SUB-SEÇÃO II**  
**Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna**

**Art.36.** O Poder Executivo deverá manter registro individualizado das dívidas fundadas interna e externa.

## **CAPITULO XI**

### **Do Plano Plurianual**

**Art.37.** Poderão deixar de constar da proposta orçamentária do Exercício de 2010, programas, projetos e metas constantes do plano plurianual, em razão da compatibilização da previsão de receitas com a fixação de despesas, em função da limitação de recursos.

**Art.38.** Os projetos imprecisos constantes do plano plurianual existente poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária para o Exercício de 2010.

**Art.39.** A inclusão de novos projetos no Plano Plurianual de Investimentos dependerá de lei específica.

**Parágrafo único.** Não poderão ser incluídos novos projetos no Plano Plurianual de Investimentos, com recursos decorrentes da anulação de projetos em andamento.

**Art.40.** Quando a abertura de crédito especial implicar em alteração das metas e prioridades para 2010, constantes no Plano Plurianual de Investimentos, fica o Executivo Municipal autorizado a promover as adaptações necessárias à execução, acompanhamento, controle e avaliação da ação programada.

## **CAPITULO XII**

### **Das Disposições Gerais e Transitórias**

**Art.41.** A proposta orçamentária para o exercício de 2010 será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

**Parágrafo único.** Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no "caput", o Poder Executivo Municipal a remeterá até 30 de setembro de 2009.

**Art.42.** A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o Exercício de 2010, será entregue ao Poder Executivo até 01 de agosto de

2009, para efeito de compatibilização com as despesas do município que integrarão a proposta orçamentária anual.

**Art.43.** Os projetos de lei relativos às alterações na legislação tributária, para vigorar no Exercício de 2010, deverão ser apreciadas pelo Poder Legislativo até o dia 31 de Dezembro de 2009, tendo sua publicação ainda nesse exercício.

**Art.44.** A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:

I. Poder Executivo, até 1º de julho de 2009, junto ao Gabinete do Prefeito; e

II. Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

**Parágrafo único.** As emendas que porventura forem apresentadas à proposta orçamentária, indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos, e atenderão ainda as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

**Art.45.** A prestação de contas anual do município incluirá os demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN.

**Art.46.** Se o Projeto de Lei da Proposta Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal até 31 de dezembro de 2009, a programação ali constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, até a sua sanção e publicação.

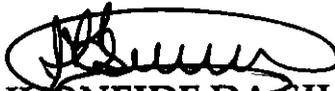
**Parágrafo único.** Estão além do limite previsto no “caput” deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:

a). pessoal e encargos sociais,

- b). pagamento do serviço da dívida,
- c). projetos e execuções no ano de 2009 e que perdurem até 2010, ou mais, e
- d). pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais.

**Art.47.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE (GABINETE DA PREFEITA), AOS 06 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2009.

  
**MARIA IVONEIDE DA SILVA**  
Prefeita Municipal

## **ANEXO I - ELENCO DE AÇÕES A SEREM PRIORIZADAS**

### **I - ORÇAMENTO FISCAL**

#### **1.1 - Administração**

- 1.1.1 - Racionalizar os gastos do município;
- 1.1.2 - Promover política de valorização do servidor público municipal;
- 1.1.3 - Desenvolver programas de capacitação, treinamento, e reciclagem do servidor, bem como a realização de concurso para preenchimento de vagas na administração pública municipal;
- 1.1.4 - Otimizar os serviços de informatização;
- 1.1.5 - Modernizar a administração municipal;
- 1.1.6 - Estimular a geração e arrecadação das receitas municipais; e
- 1.1.7 - Fortalecer os conselhos como forma de descentralizar a gestão pública e consolidar o quadro democrático.

#### **1.2 - Saneamento e Meio Ambiente**

- 1.2.1 - Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
- 1.2.2 - Implantar programas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- 1.2.3 - Recuperar e desobstruir rios e açudes;
- 1.2.4 - Implantar programas de coleta e tratamento de resíduos sólidos;
- 1.2.5 - Implantar programas de gerenciamento integrado dos recursos hídricos;
- 1.2.6 - Construir e implantar aterro sanitário;
- 1.2.7 - Implantar projetos ambientais nas áreas do município; e
- 1.2.8 - Desenvolver programas de educação ambiental.

#### **1.3 - Educação**

- 1.3.1 - Integrar as creches e pré-escola ao sistema municipal de ensino;
- 1.3.2 - Manter e implementar o programa da merenda escolar;
- 1.3.3 - Ampliar o atendimento na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino especial e na educação de jovens e adultos;
- 1.3.4 - Desenvolver programas educativos sobre combate às drogas, meio ambiente, associativismo, sexualidade, saúde e higiene;
- 1.3.5 - Desenvolver o Programa de Transporte Escolar, seja com apoio do Governo Estadual e/ou Federal;
- 1.3.6 - Desenvolver o Programa de Educação e Jovens e Adultos;

- 1.3.7 - Desenvolver o Programa de Alimentação Escolar, visando uma maior frequência escolar às aulas;
- 1.3.8 - Estimular a prática esportiva nas escolas;
- 1.3.9 - Promover programas de capacitação, gestão administrativa, treinamento e reciclagem profissional da educação;
- 1.3.10 - Desenvolver experiências no envolvimento da comunidade na gestão escolar;
- 1.3.11 - Promover programas de redução da repetência e da evasão escolar;
- 1.3.12 - Realizar pesquisa para acompanhamento e avaliação do ensino fundamental; e
- 1.3.13 - Recuperar e manter a estrutura física e os equipamentos das unidades escolares.

#### **1.4 - Cultura**

- 1.4.1 - Desenvolver a implantar a política cultural, a fim de preservar as manifestações e tradições, integrando-as ao processo de desenvolvimento econômico, social e político do município;
- 1.4.2 - Restaurar e recuperar logradouros relacionados com o patrimônio histórico cultural;
- 1.4.3 - Implantar projetos culturais, sobretudo a valorização do folclore e artesanato;
- 1.4.4 - Resgatar e preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município;
- 1.4.5 - Implantar e manter a sistemática de tombamento municipal; e
- 1.4.6 - Ampliar e reformar o espaço físico de Clube Social.

#### **1.5 - Serviços Públicos**

- 1.5.1 - Modernizar e fiscalizar o sistema de iluminação pública;
- 1.5.2 - Manter os mecanismos necessários para a contribuição da iluminação pública;
- 1.5.3 - Revitalizar e manter os mercados públicos, feiras e matadouros;
- 1.5.4 - Arborizar e reurbanizar as ruas do município;
- 1.5.5 - Implantar as obras de urbanização das praias, visando implementar o turismo; e,
- 1.5.6 - Ampliar e manter cemitério público e praças públicas.

#### **1.6 - Habitação**

- 1.6.1 - Incentivar políticas de habitação;

1.6.2 - Implantar o programa de melhoria e recuperação de moradia da população de baixa renda; e

1.6.3 - Implantar lotes urbanizados em áreas periféricas.

### **1.7 - Esporte e Lazer**

1.7.1 - Apoiar a prática esportiva comunitária;

1.7.2 - Promover o aproveitamento democrático dos espaços esportivos e culturais; e

1.7.3 - Manter e recuperar quadras de esportes.

### **1.8 - Transporte**

1.8.1 - Instalar abrigos rodoviários; e

1.8.2 - Promover a conservação das ruas e estradas vicinais.

### **1.9 - Limpeza Urbana**

1.9.1 - Promover a limpeza urbana em ruas e logradouros;

1.9.2 - Implantar programas de incentivo profissional para produção de reciclagem do lixo; e

1.9.3 - Manter um aterro sanitário controlado.

### **1.10 - Finanças**

1.10.1 - Modernizar e informatizar os sistemas de arrecadação e tributação do município;

1.10.2 - Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores; e

1.10.3 - Promover campanhas educativas visando conscientizar o contribuinte e diminuir os níveis de inadimplência.

### **1.11 - Infra-estrutura Urbana**

1.11.1 - Promover a implementação da infra-estrutura ao acesso principal do Município;

1.11.2 - Implantar e executar o Plano Diretor.

### **1.12 - Agricultura**

1.12.1 - Adquirir equipamentos agrícolas (patrulha de mecanização agrícola) para suporte técnico e preparação das terras de plantio do pequeno agricultor;

- 1.12.2 - Prover o pequeno agricultor com sementes para o plantio de subsistência;
- 1.12.3 - Ofertar veículos agrícolas para o escoamento da safra dos pequenos agricultores; e
- 1.12.4 - Pleitear junto à EMATER, convênio visando o fortalecimento da Agricultura Familiar.

### **1.13 - Turismo**

- 1.13.1 - Promover cursos de capacitação turística com a mão de obra local;
- 1.14.2 - Revitalizar os equipamentos turísticos locais, inclusive os recursos naturais;
- 1.14.3 - Promover o desenvolvimento turístico local, no Estado e fora dele;
- 1.14.4 - Buscar parcerias com a iniciativa privada para desenvolvimento de novas rotas de turismo local, bem como promovendo-as nos meios turísticos
- 1.14.5 - Ampliar a estrutura física existente, criando terminal turístico em outras localidades.

## **II - ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

### **2.1 - Saúde**

- 2.1.1 - Promover a continuidade do processo de gestão pela qualidade e da municipalização da saúde;
- 2.1.2 - Dar continuidade ao Programa e Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional, entre outros programas de saúde pública;
- 2.1.3 - Promover ações básicas de saúde;
- 2.1.4 - Promover campanhas de combate e controle as epidemias e endemias;
- 2.1.5 - Aprimorar o sistema de informações sobre a mortalidade infantil;
- 2.1.6 - Aprimorar as ações de vigilância sanitária;
- 2.1.7 - Manter e recuperar veículos e equipamentos;
- 2.1.8 - Garantir as condições materiais à execução de saúde especiais de apoio à criança, ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
- 2.1.9 - Ampliar a assistência médica, através do Programa Saúde na Família;
- 2.1.10 - Ampliar a assistência odontológica, através do Programa Saúde Bucal;
- 2.1.11 - Incentivar o programa de Agentes de Saúde;
- 2.1.12 - Incentivar o programa de assistência à mulher; e
- 2.1.13 - Melhorar o gerenciamento para o atendimento de urgência.

## **2.2 - Trabalho**

- 2.2.1 - Apoiar e incentivar atividades de geração de emprego e renda;
- 2.2.2 - Implantar oficinas profissionalizantes;
- 2.2.3 - Apoiar o associativismo e o cooperativismo; e
- 2.2.4 - Incentivar a produção de alimento para atender a demanda da região metropolitana do município.

## **2.3 - Assistência Social**

- 2.3.1 - Melhorar a qualidade do serviço de creches;
- 2.3.2 - Promover programas de ampliação dos canais institucionais de participação;
- 2.3.3 - Promover programas especiais de apoio à criança e ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
- 2.3.4 - Combater a prostituição infanto-juvenil;
- 2.3.5 - Criar e incentivar o Programa Casa da Família;
- 2.3.6 - Criar e incentivar o Programa de Ajuda Alimentar;
- 2.3.7 - apoiar as ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. e
- 2.3.8 - Promover educação profissional para população.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE (GABINETE DA PREFEITA), AOS 06 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2009.

  
**MARIA IVONEIDE DA SILVA**  
Prefeita Municipal

## **ANEXO II - ELENCO DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO**

### **I - ORÇAMENTO FISCAL**

#### **1.1 - Administração**

- 1.1.1 - Ampliar o sistema de informatização do município; e
- 1.1.2 - Ampliar e equipar os serviços das unidades administrativas.

#### **1.2 - Saneamento e Meio Ambiente**

- 1.2.1 - Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
- 1.2.2 - Edificar e estruturar áreas para tratamento de resíduos sólidos e líquidos;
- 1.2.3 - Edificar unidades sanitárias;
- 1.2.4 - Construir e implantar aterro sanitário;
- 1.2.5 - Implantar projetos ambientais nas áreas do município;
- 1.2.6 - Recuperar e desobstruir rios e açudes; e
- 1.2.7 - Edificar e estruturar sistemas integrados de oferta de recursos hídricos.

#### **1.3 - Educação**

- 1.3.1 - Recuperar, ampliar e equipar a rede municipal do sistema de ensino;
- 1.3.2 - Desenvolver a ação de transporte escolar, com a aquisição de novas unidades de transportes; e
- 1.3.3 - Edificar e estruturar áreas de prática esportiva.

#### **1.4 - Cultura**

- 1.4.1 - Restaurar e recuperar espaços culturais;
- 1.4.2 - Restaurar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município; e
- 1.4.3 - Ampliar e reformar o espaço físico do Clube.

#### **1.5 - Serviços Públicos**

- 1.5.1 - Ampliar e manter a oferta de iluminação pública;
- 1.5.2 - Recuperar, ampliar e construir novos espaços públicos;
- 1.5.3 - Adquirir equipamentos agrícolas que propicie a assistência ao pequeno agricultor;
- 1.5.4 - Ampliar cemitério público;

- 1.5.5 - Recuperar e ampliar pavimentações de ruas;
- 1.5.6 - Recuperar e construir novas praças;
- 1.5.7 - Adquirir novos imóveis visando a ampliação da infra-estrutura urbana; e
- 1.5.8 - Recuperar pontos, pontilhões e passagens molhadas.

### **1.6 - Habitação**

- 1.6.1 - Edificar e reconstruir novas unidades de habitação para pessoas de baixa renda; e
- 1.6.2 - Adquirir novas áreas urbanas para programas de habitação popular.

### **1.7 - Esporte e Lazer**

- 1.7.1 - Construiu novos espaços para a prática esportiva comunitária; e
- 1.7.2 - Manter e construir novos espaços de recreação.

### **1.8 - Transporte**

- 1.8.1 - Instalar abrigos rodoviários;
- 1.8.2 - Promover a conservação das ruas e estradas vicinais; e
- 1.8.3 - Construir e manter a garagem pública.

### **1.9 - Turismo**

- 1.9.1 - Implantar ações que visem o fortalecimento do turismo local; e
- 1.9.2 - Implantar as obras de urbanização das praias, visando implementar o turismo; e

### **1.10 - Limpeza Urbana**

- 1.10.1 - Construir e ampliar o espaço sanitário; e
- 1.10.2 - Implementar ações de investimentos que permita uma melhor infra-estrutura no serviço de limpeza pública.

### **1.11 - Infra-estrutura Urbana**

- 1.11.1 - Promover a implementação da infra-estrutura ao acesso principal do Município.

### **1.12 - Agricultura**

- 1.12.1 - Adquirir equipamentos agrícolas para suporte técnico ao pequeno agricultor.

## II - ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

### 2.1 - Saúde

2.1.1 - Adquirir e manter veículos, ambulâncias e equipamentos do sistema de saúde pública; e

2.1.2 - Ampliar o sistema de saúde pública local.

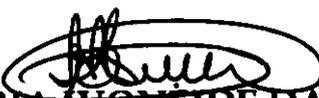
### 2.2 - Assistência Social

2.2.1 - Melhorar a qualidade do serviço de creches, inclusive construindo, restaurando e instalando as unidades existentes;

2.2.2 - Melhorar a qualidade do serviço de assistência geral, inclusive construindo, restaurando e instalando as unidades existentes; e

2.2.3 - Melhorar a qualidade do serviço de apoio a idosos, inclusive construindo, restaurando e instalando as unidades existentes.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE (GABINETE DA PREFEITA), AOS 06 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2009.

  
MARIA IVONEIDE DA SILVA  
Prefeita Municipal

### ANEXO III - ANEXO DAS METAS FISCAIS

As receitas e despesas previstas para o nosso município, durante os dois próximos anos, atingirão os seguintes números:

R\$ 1.000,00

<b>Discriminação</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Receitas Totais	10.004	12.114	13.100	14.200	15.500
Despesas Totais	9.957	11.844	13.000	14.000	15.300

A avaliação das receitas arrecadadas no Exercício de 2008, se comparadas com os números da despesa para o exercício, nos permite afirmar que houve um superávit de 2,23%, importando em R\$ 270.662,72.

Vejamos o detalhamento da despesa.

R\$ 1,00

<b>Discriminação</b>	<b>Realizada</b>	<b>Percentual %</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.722.489	56,75
Outras Despesas Correntes	4.170.138	36,77
Juros da Dívida	0,00	0,00
Investimentos	206.357	1,75
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortizações da Dívida	205.220	1,73
<b>Total</b>	<b>11.844.206</b>	<b>100,000 %</b>

Dentre as despesas realizadas, destacamos o gasto com pessoal, quando, seguindo as diretrizes do Governo Federal, principalmente no que se refere a elevação do salário mínimo nacional, os Poderes Executivo e Legislativo destinaram 56% da Receita Corrente Líquida anual nesse gasto.

**ANEXO IV - ANEXO DAS METAS FISCAIS ANUAIS**

R\$ 1,00

<b>Especificação</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Receitas	10.004.138	12.114.868
Despesas	9.957.352	11.844.206

**ANEXO V - AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

R\$ 1,00

<b>Evolução do Patrimônio Líquido</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Ativo Real Descoberto	-	-
Passivo Real Descoberto	593.999	441.980

Patrimônio Líquido: diferença entre o passivo e o ativo

**ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E AVALIAÇÃO DE ATIVOS**

R\$ 1,00

<b>Ativo Permanente em 2008</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>APLICAÇÃO</b>	<b>VALOR/R\$</b>
Bens Móveis	Alienação	Despesas de Capital	-
Bens Imóveis	Alienação	Despesas de Capital	-

**ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE  
RENUNCIA DE RECEITAS**

R\$ 1,00

<b>Tributos</b>	<b>Valor Renunciado</b>	<b>Valor Compensado</b>
Iss/Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		
Iptu/Imposto Predial e Territorial Urbano		
Itbi/Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis	NADA A DECLARAR	
Irrf/Imposto sobre a Renda retido na Fonte		

**ANEXO VIII - ANEXO DOS RISCOS FISCAIS**

Este estudo na LDO não está resumido à previsão de gastos e receitas compatíveis entre si, estendendo-se ao exercício da identificação dos principais riscos a que as contas públicas estão sujeitas quando da elaboração orçamentária.

Com as principais receitas, o FPM e o ICMS, que foram projetadas a partir de indicadores relacionados com o crescimento econômico nacional e estadual, respectivamente, já que esses valores advêm dos governos federal e estadual, é evidente que a não confirmação desses indicadores significará um desvio do equilíbrio das contas públicas.

No que se refere às situações que podem causar ganhos ou perdas de receitas, podemos destacar aquelas:

a). a reforma tributária, que trará ganho real nas receitas municipais. Além dessa reforma, espera-se que até o final de 2009 tenhamos a evolução de mais 1% na receita real ao Fundo de Participação dos Municípios, o que representará algo em torno de 3 a 4% da receita geral dessa fonte,

b). a tendência, a partir deste momento, é pela redução das taxas anuais de juros, que atualmente atingem o patamar de 10,25% a.a., provocando desaquecimento na atividade econômica, e conseqüentemente, gerando menores arrecadações,

c). diminuição da variação cambial, que atualmente fixa o dólar em R\$ 2,13 (cotação de 04.05.2009), acarretando a redução nos preços de importados e derivados de petróleo, influenciando de forma negativa na segunda arrecadação local, o ICMS,

d). possíveis campanhas visando o incremento na arrecadação do IPTU,

e). o surgimento de passivos contingentes, que se tratam de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, como a de processos judiciais que envolvem o município. Destacamos, os precatórios trabalhistas e ao INSS.

**ANEXO IX - DEMONSTRATIVO SOBRE RECEITAS E DESPESAS  
DECORRENTES DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS E  
OUTROS BENEFÍCIOS**

R\$ 1,00

<b>Tributos</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>
Iss/Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		
Iptu/Imposto Predial e Territorial Urbano	NADA A DECLARAR	
Itbi/Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis		
Irrf/Imposto sobre a Renda retido na Fonte		

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE (GABINETE DA PREFEITA), AOS 06 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2009.

  
**MARIA IVONEIDE DA SILVA**  
Prefeita Municipal

**MENSAGEM Nº 06/2009-GP.**

Em, 06 de Julho de 2009.

*Lido em 27/08/2009  
em  
Eufreia.*

Exmº Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Vimos através deste encaminhar para a devida apreciação do Poder Legislativo Municipal, o PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

Como se vê, a matéria ora encaminhada é de substancial importância, sem sombra de dúvidas, oferecerá ao Poder Público Municipal suporte para que possa formular a confecção do Projeto da Lei Orçamentária para o Exercício referido, cumprindo assim os requisitos do ordenamento jurídico vigente.

Assim sendo, e, para que tal projeto seja executado de maneira célere, peço na forma do disposto no art. 42 da Lei Orgânica do Município, a apreciação da referida matéria em regime de Urgência Urgentíssima.

Atenciosamente,

  
**MARIA D. OLIVEIRA DA SILVA**  
Prefeita Municipal

Câmara Municipal de Maxaranguape RN

Recebido em:

*31/07/2009*  
*Emilio D. Oliveira da Silva*